

COP 30

Leadership

Circles

Guidelines

A construção de um Novo Pacto Climático:
Implementar com Justiça, Ética e Corresponsabilidade

PALAVRAS-CHAVE:

Governança climática global; Financiamento climático justo; Povos e comunidades tradicionais; Ética e corresponsabilidade; Implementação do Acordo de Paris.

1. Apresentação

A COP30 marca um ponto decisivo para o regime climático internacional e para o Brasil. Trinta e três anos após a Rio-92, o país volta a sediar a principal conferência sobre mudança do clima em um contexto crítico: apenas 111 dos 197 países entregaram suas novas NDCs¹ até o momento e o mundo assiste o avanço paulatino do aquecimento global, em detrimento dos acordos internacionais.

É neste cenário que o Brasil, na presidência da 30ª Conferência, propôs uma nova arquitetura de governança, orientada à ação e estruturada em quatro Círculos de Liderança — Círculo de Presidentes, Círculo de Ministros de Finanças para o Mapa do Caminho de Baku a Belém, Círculo de Povos e Círculo de Balanço Ético Global —, concebidos como espaços permanentes de convergência entre ciência, política, sociedade civil e setor privado, transformando a COP em um **processo contínuo de construção e implementação de soluções**.

O **Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS Brasil)** apresenta este *policy brief* como contribuição da sociedade civil à 30ª Conferência das Partes, resultado do **Ciclo de Debates Pré-COP30**, realizado entre junho e setembro de 2025. O processo envolveu a revisão do estado da arte sobre os quatro eixos temáticos, a elaboração de notas conceituais, a convocação de especialistas, a formação de painéis de debate e a sistematização das discussões, culminando na formulação de recomendações dirigidas a formuladores de políticas públicas.

Este documento resulta desse processo e se destina a tomadores de decisão nacionais e internacionais, apresentando recomendações aos Círculos da Presidência da COP30 em direção a um **Novo Pacto Climático**, pautado **pela implementação, pela justiça e pela integridade**. Parte do princípio de que **a efetivação do Acordo de Paris requer o fortalecimento das organizações sociais, o aprimoramento de instituições democráticas, a ampliação da participação cidadã, a coerência dos fluxos financeiros com os compromissos climáticos e a consolidação de uma ética global da corresponsabilidade**.

2. Círculos de Lideranças

Os Círculos de Liderança foram concebidos como espaços permanentes de convergência entre ciência, política e sociedade, criados pela Presidência da COP30 para traduzir compromissos globais em ações concretas. Definidos em torno de quatro eixos, buscam superar o caráter episódico das conferências, ampliando a participação social e territorial, consolidando redes de cooperação e promovendo uma abordagem de implementação contínua e democrática para a agenda climática.

¹ **NDCs (Nationally Determined Contributions)** são os compromissos assumidos por cada país no Acordo de Paris para reduzir emissões e se adaptar às mudanças climáticas, revisados periodicamente para incorporar novas metas aos países.

CÍRCULO DE PRESIDENTES: GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL

Três décadas após a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), o sistema multilateral enfrenta desafios de legitimidade, fragmentação e lentidão decisória. O Acordo de Paris, firmado em 2015 com base nos princípios de equidade e responsabilidades comuns, porém diferenciadas, inaugurou um regime de metas voluntárias (NDCs) que buscava conjugar ambição e flexibilidade. No entanto, até a abertura da COP30, **apenas 41% dos países signatários tinham apresentado suas novas metas para 2035** e os compromissos submetidos permanecem insuficientes para conter o aquecimento global.

Esse cenário reflete os limites de um modelo de governança centrado na negociação entre Estados, sem vinculação com a implementação efetiva de ações. Assim, o Círculo de Presidentes tem como objetivos centrais **acelerar a implementação do Acordo de Paris e fortalecer o multilateralismo e a governança climática global**. A proposta é transitar de uma **COP de promessas para uma COP de entregas**, com mecanismos que garantam integridade, transparência e responsabilização. Dessa maneira, o debate realizado pelo IDS sobre essa temática destacou a urgência de um multilateralismo **orientado à implementação**, que articule governos nacionais, atores subnacionais, setor privado e sociedade civil em uma arquitetura cooperativa e descentralizada.

Principais desafios identificados:

Fragmentação institucional entre os mecanismos da UNFCCC e outras convenções ambientais, o que dificulta a coordenação de metas e compromissos.

Baixa responsabilização pelo descumprimento das NDCs, já que o Acordo de Paris adota mecanismos facilitadores, sem sanções.

Déficit de legitimidade democrática na governança global, com reduzida participação de povos indígenas, juventudes, mulheres e comunidades locais.

Desalinhamento entre os compromissos internacionais e as políticas nacionais, comprometendo a coerência da implementação.

Ausência de indicadores éticos e de transparência, capazes de traduzir a dimensão moral e intergeracional da crise climática.

Síntese

O fortalecimento da governança climática global depende de uma estrutura institucional que combine **transparência, equidade e descentralização**. Um novo pacto multilateral baseado na confiança, na ciência e na corresponsabilidade exige reconhecer que o enfrentamento da crise climática é um **projeto civilizatório compartilhado**, cujo sucesso depende tanto da cooperação entre Estados quanto da ação coordenada de sociedades, territórios e gerações.

CÍRCULO DE MINISTROS DE FINANÇAS PARA O MAPA DO CAMINHO DE BAKU A BELÉM: FINANCIAMENTO PARA A TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA JUSTA

Nenhuma transição ecológica será possível sem uma transformação profunda na arquitetura do financiamento climático internacional. Desde a criação do Fundo Verde para o Clima (GCF) e dos mecanismos de implementação do Acordo de Paris, os fluxos de recursos têm permanecido concentrados nos países desenvolvidos e nos grandes intermediários financeiros, reproduzindo assimetrias históricas e barreiras de acesso.

Apesar dos avanços recentes, como a promessa de mobilizar US\$1,3 trilhão anuais até 2035 e a criação de instrumentos inovadores como a Plataforma BIP, o sistema financeiro global ainda carece de mecanismos de coerência e justiça. Os subsídios públicos aos combustíveis fósseis continuam a superar em mais de dez vezes o montante dos fundos destinados à adaptação e mitigação, enquanto povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais enfrentam entraves burocráticos e institucionais para acessar recursos.

Ao reunir especialistas, economistas, lideranças sociais e representantes de fundos multilaterais, o diálogo pré-COP promovido pelo IDS sobre financiamento para a transformação ecológica justa apontou para a urgência de reorientar o financiamento climático para uma lógica de reparação, inclusão e transição justa, que reconheça os diferentes papéis e vulnerabilidades dos países, territórios e populações. A COP30 deve consolidar uma nova ética financeira baseada em transparência, redistribuição e solidariedade.

Principais desafios:

Contradição estrutural entre o aumento do financiamento climático e a manutenção de subsídios a atividades que intensificam a crise, como petróleo, carvão e agronegócio intensivo.

Concentração dos fluxos financeiros em grandes bancos e fundos internacionais, sem capilaridade nos territórios e nas economias locais.

Baixa representatividade social e territorial nos mecanismos de governança dos fundos climáticos.

Risco de financeirização da agenda climática, com instrumentos que priorizam retornos econômicos em detrimento de resultados socioambientais.

Síntese

A transformação ecológica depende de tecnologia e investimento que alcance as populações locais por meio da redistribuição de poder e de recursos. Para que o financiamento cumprase seu papel nos acordos climáticos, é preciso superar a lógica da exclusão e da financeirização e substituí-la pela da justiça. A COP30 deve consolidar uma **agenda financeira orientada à vida**, em que cada dólar mobilizado contribua para restaurar ecossistemas, reduzir desigualdades e revalorizar comunidades e seus ativos.

CÍRCULO DE POVOS: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO CENTRO

A crise climática é uma crise civilizatória. Ela expressa as injustiças históricas na apropriação dos recursos naturais, na distribuição dos riscos e na desigualdade de vulnerabilidades geográficas e étnicas. Os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e demais comunidades tradicionais estão entre os que **menos contribuíram para o aquecimento global** e **os que mais colaboraram para sua mitigação** – protegendo ecossistemas essenciais para o equilíbrio climático do planeta –, mas são, ao mesmo tempo, **os que mais sofrem seus efeitos**.

O Círculo dos Povos propõe colocar **os povos e territórios no centro da ação climática global**, reconhecendo seus saberes, práticas e cosmologias como ciência, tecnologia social e estratégia de futuro. O debate promovido pelo IDS direcionado à este círculo destacou que **não há justiça climática sem justiça territorial e racial**. O combate à mudança do clima deve caminhar junto com a demarcação de terras, o fortalecimento da autonomia comunitária e o enfrentamento ao racismo ambiental e às violências de gênero.

Essa perspectiva amplia o escopo da transição ecológica para além das metas de mitigação e adaptação, introduzindo dimensões de **reparação histórica, redistribuição de poder e reconhecimento das diversas matrizes de conhecimento**. Ao reconhecer os povos como sujeitos políticos da transformação climática, a COP30 tem a oportunidade de colocar no centro do compromisso climático global uma agenda que une biodiversidade, cultura e direitos.

Principais desafios:

- | **Racismo ambiental e exclusão histórica** de povos e comunidades dos processos decisórios e das estruturas de governança climática.
- | **Desconhecimento institucional** dos saberes tradicionais como formas legítimas de ciência e tecnologia.
- | **Conflitos fundiários e territoriais** que inviabilizam a proteção de ecossistemas e de comunidades guardiãs da biodiversidade.
- | **Sub-representação de mulheres, juventudes e lideranças comunitárias** nos espaços formais da política climática.
- | **Ausência de instrumentos jurídicos e financeiros** adequados para garantir o acesso direto a fundos e projetos climáticos.

Síntese

Colocar os povos no centro é reconhecer que os territórios amazônicos e tradicionais não são fronteiras de exploração, mas matrizes de futuro. A agenda climática global deve superar a lógica colonial e instaurar o paradigma do cuidado, da reciprocidade e da reparação. Isso exige reconectar natureza e sociedade, economia e cultura, ciência e tradição. Ao adotar saberes territorializados e plurais sobre a transição ecológica, a COP30 deve reiterar a **centralidade da proteção dos povos para a proteção da vida**.

CÍRCULO DE BALANÇO ÉTICO GLOBAL: CHAMADO GLOBAL À AÇÃO CLIMÁTICA PELA ÉTICA

Desigualdades estruturais impactam as causas e efeitos das mudanças do clima: uma minoria concentra emissões e benefícios, enquanto populações vulnerabilizadas arcam com perdas e danos. Nesse contexto, a Presidência da COP30 propõe o Balanço Ético Global (BEG), iniciativa que recoloca valores como cuidado, responsabilidade, interdependência e justiça entre povos e espécies no centro da ação climática. O diálogo promovido pelo IDS, no âmbito do BEG, enfatizou a importância de alinhar metas e compromissos a mecanismos efetivos de responsabilização, promover a transição de um modelo de vida centrado no ser humano para uma ética da comunidade da vida e transformar a agenda climática em uma agenda do comum, capaz de recompor vínculos sociais e orientar decisões públicas e privadas. Implementar o que foi acordado, portanto, torna-se um imperativo ético de coerência política e moral.

Principais desafios:

Déficit de implementação e de responsabilização ética, com monitoramento frágil das metas climáticas e ausência de mecanismos coercitivos pelo descumprimento das NDCs.

Persistência de valores e incentivos econômicos que priorizam a acumulação material e mantêm a lógica de degradação ambiental.

Risco de expansão de novos **modelos de colonialismo extrativista**, que perpetuam desigualdades históricas e estabelecem **zonas de sacrifício** no Sul Global.

Baixa incorporação da ética do cuidado nas políticas climáticas, especialmente em relação às populações mais vulnerabilizadas.

Fragmentação do espaço público e enfraquecimento do debate democrático sobre **valores e responsabilidades compartilhadas**.

Insuficiência da governança global para **transformar compromissos em ações efetivas** de mitigação e adaptação.

Subvalorização da educação, da cultura e da ciência como instrumentos de reconstrução ética e de formação cidadã para a sustentabilidade.

Síntese

O Balanço Ético Global reafirma que a ética orienta a ação: exige alinhar pensamento, discurso e prática. Essa mudança pressupõe substituir a lógica antropocêntrica pela interdependência com a natureza, com os pilares da educação, cultura e ciência, além de reorientar os incentivos econômicos, com especificação de externalidades, eliminação gradual dos combustíveis fósseis e restauração ecológica. É imperativo o compromisso das Partes na atualização das NDCs e na construção de um mapa global que conduza ao fim dos combustíveis fósseis e do desmatamento. A transição deve promover o combate às desigualdades, vinculando investimentos para o desenvolvimento à proteção dos direitos humanos e à integridade dos territórios.

3. Recomendações

Círculo de Presidentes

- 1.** Reformar o processo decisório das COPs, ampliando critérios de transparência e legitimidade na escolha e condução das presidências e criando mecanismos de responsabilização efetiva.
- 2.** Criar um Conselho de Mudança do Clima nas Nações Unidas (ONU), com força e legitimidade, para avaliar periodicamente a integridade das NDCs e sua compatibilidade com os pressupostos do Acordo de Paris.
- 3.** Fortalecer a governança em rede, integrando governos locais, cidades e regiões na execução dos compromissos climáticos.
- 4.** Unificar os regimes globais de meio ambiente, promovendo a convergência entre as convenções de Clima, Biodiversidade e Desertificação, sob o marco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- 5.** Criar uma Ouvidoria das Gerações Futuras, com poder consultivo, para monitorar a coerência ética das políticas climáticas e garantir a incorporação do princípio da equidade intergeracional.
- 6.** Instituir uma Cúpula Global de Implementação Climática, voltada a acompanhar a execução das metas nacionais entre COPs, com participação de governos subnacionais e sociedade civil.
- 7.** Fomentar redes de aprendizado entre pares e sistemas de dados abertos, que permitam a cooperação técnica e a troca de experiências sobre boas práticas de mitigação e adaptação.

Círculo de Ministros de Finanças para o Mapa do Caminho de Baku a Belém

- 1.** Reorientar o sistema financeiro internacional para interromper o fluxo de capitais destinados a atividades de alto impacto ambiental e social, garantindo coerência entre políticas econômicas e compromissos climáticos.

- 2.** Assegurar que o financiamento para adaptação climática seja majoritariamente por doação, reconhecendo que empréstimos ampliam a dívida dos países em desenvolvimento e reproduzem desigualdades estruturais, o que compromete o princípio da justiça climática.

- 3.** Criar mecanismos de acesso direto, flexíveis e participativos para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, com apoio técnico e jurídico à gestão dos recursos.

- 4.** Democratizar a governança dos fundos climáticos, assegurando representação efetiva da sociedade civil, das juventudes e dos territórios na tomada de decisão.

- 5.** Revisar modelos de avaliação de risco, incorporando dimensões sociais, étnicas e territoriais e priorizando projetos de economia solidária, circular e regenerativa.

- 6.** Vincular o financiamento climático à justiça social, destinando os recursos à redução das desigualdades e ao fortalecimento de capacidades locais.

- 7.** Ampliar a transparência sobre fluxos financeiros e critérios de elegibilidade, com mecanismos de prestação de contas acessíveis à sociedade.

- 8.** Fomentar instrumentos financeiros inovadores, como fundos soberanos verdes, títulos de justiça climática e bancos comunitários de desenvolvimento sustentável.

- 9.** Orientar que os Planos Nacionais de Adaptação dos Países Parte estabeleçam uma política nacional de coerência climática, condicionando o acesso a crédito público e privado ao cumprimento de metas ambientais e sociais mensuráveis e verificáveis, alinhadas às trajetórias de desenvolvimento sustentável e resiliente.

- 10.** Incorporar o princípio da reparação histórica, reconhecendo que a dívida ecológica acumulada pelas economias do Norte Global deve ser traduzida em compromissos financeiros concretos com os países do Sul Global.

Círculo de Povos

- 1.** Reconhecer oficialmente os saberes tradicionais como parte da ciência climática e da formulação de políticas públicas, promovendo paridade epistêmica nos processos da UNFCCC e do Painel do IPCC.

- 2.** Integrar políticas climáticas, ambientais e territoriais, assegurando que a demarcação de terras indígenas e quilombolas seja tratada como ação climática prioritária e de mitigação direta.

- 3.** Instituir mecanismos de financiamento direto e desburocratizado para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, com salvaguardas específicas e autonomia na gestão dos recursos.

- 4.** Criar indicadores interseccionais de monitoramento, que incorporem critérios de gênero, raça, idade e território na avaliação dos impactos das políticas climáticas.

- 5.** Garantir assento permanente de representantes dos povos e comunidades tradicionais nos mecanismos nacionais e internacionais de governança climática, como o Comitê de Financiamento, o Fundo Verde e os fóruns de implementação.

- 6.** Enfrentar o racismo ambiental por meio de instrumentos legais e políticas públicas integradas, reconhecendo a centralidade da justiça racial e de gênero na ação climática.

- 7.** Institucionalizar a Cúpula dos Povos da Amazônia como espaço permanente de diálogo e monitoramento social das decisões multilaterais.

- 8.** Fortalecer lideranças femininas e juventudes nos espaços de deliberação e negociação, garantindo formação, visibilidade e protagonismo.

- 9.** Incorporar a ancestralidade afro-ameríndia e as cosmovisões originárias como fundamentos éticos de uma nova governança climática.

Círculo de Balanço Ético Global

- 1.** Instituir mecanismos de responsabilização e transparência ética nas COPs, com regras claras de monitoramento, sanções e prestação de contas públicas sobre o cumprimento das NDCs.

- 2.** Estabelecer uma coalizão internacional de Países Parte comprometida com a atualização antecipada das NDCs, garantindo metas mais ambiciosas e alinhadas ao objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C, conforme previsto no Acordo de Paris.

- 3.** Definir um mapa global para eliminar combustíveis fósseis e desmatamento, com cronogramas, financiamento e cooperação tecnológica, inspirando-se em experiências como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.

- 4.** Condicionar decisões financeiras públicas e privadas a critérios éticos verificáveis e a monitoramento social contínuo, reorientando incentivos econômicos por meio da precificação de carbono, da revisão de subsídios e da adoção de critérios de crédito alinhados a limites ecológicos e à justiça social.

- 5.** Vincular projetos de transição a salvaguardas socioambientais robustas, prevenindo projetos extrativistas no Sul Global em cadeias de minerais críticos e infraestrutura.

- 6.** Adotar a ética do cuidado como princípio transversal das políticas climáticas, priorizando mulheres, populações negras, povos indígenas, imigrantes e refugiados, ribeirinhos, quilombolas e periferias.

- 7.** Reforçar a agenda do comum com participação social, governança aberta e dados públicos auditáveis.

- 8.** Integrar educação, cultura e ciência à ação climática: formação cidadã para sustentabilidade e redes de ensino e pesquisa voltadas a práticas regenerativas.

- 9.** Consolidar a COP30 como COP da implementação, transformando princípios éticos em políticas, investimentos e comportamentos concretos em todas as escalas da sociedade.

4. Considerações finais

A COP30 será lembrada não apenas pelo que o Brasil fizer como país anfitrião, mas pelo que o mundo decidir fazer diante da urgência climática: ou aprofundamos a cooperação para proteger as condições de vida no planeta ou perpetuamos um modelo que gera desigualdade e destruição e ameaça o próprio futuro da humanidade.

As diretrizes reunidas neste *policy brief* demonstram que a implementação efetiva do Acordo de Paris requer uma mudança de paradigma: da negociação para a ação, da competição para a solidariedade, do lucro para a ética. Essa transição só será possível se as quatro dimensões aqui apresentadas forem tratadas como complementares e interdependentes – governança global, financiamento justo, centralidade dos povos e responsabilidade ética.

Receber a COP30 na Amazônia é um marco político e simbólico. Significa reconhecer que as respostas à crise climática não virão apenas dos centros do poder, mas também dos territórios, das florestas, dos rios e das comunidades, que há séculos mantém viva a relação cultural entre população e natureza.

Esperamos que as recomendações aqui apresentadas sirvam de subsídio técnico e ético para orientar as decisões dos negociadores e negociadoras em Belém, sede da 30^a Conferência das Partes, inspirando um novo ciclo de cooperação internacional baseado na corresponsabilidade, na equidade e na ética.

5. Ficha técnica

Realização: Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS Brasil)

Coordenação Geral: Carolina Riberti Mattar

Coordenação Técnica: Sylvia Bomtempo

Colaboração: Giovanna Rosseto, Marcos Woortmann

Ano: 2025



O Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS Brasil) é um think tank socioambiental fundado em 2009 que integra democracia e sustentabilidade, entendendo que práticas sustentáveis fortalecem os valores democráticos e que sociedades democráticas são fundamentais para a sustentabilidade.

Mais informações em: <https://www.idsbrasil.org/>

6. Fontes

FONTE	LINK	QR CODE
1º Debate Preparatório para a COP30: Soluções para a governança climática global	https://www.youtube.com/watch?v=P6od70yA8dY	
2º Debate Preparatório para a COP30: Financiamento para a Transformação Ecológica Justa	https://www.youtube.com/watch?v=Cnpyl50uMul	
3º Debate Preparatório para a COP30: Povos no Centro	https://www.youtube.com/watch?v=XGfzUf3EuJE	
4º Debate preparatório para a COP30: Ética Global	https://www.youtube.com/watch?v=cVtBv3A4cHw	